

# UGEIRM

## SINDICATO

### DOS ESCRIVÃES, INSPETORES E INVESTIGADORES DE POLÍCIA-RS

Rua Lobo da Costa, 480 - Porto Alegre - RS - Cep 90050-110  
 Jornal da UGEIRM - Filiado à Feipol - Sul / Sudeste - Novembro e dezembro 2010

Envelopamento autorizado.  
Pode ser aberto pela ECT

DEVOÇÃO GARANTIDA

Impresso Especial  
9912253790DR/RS  
Ugeirm Sindicato

CORREIOS

PARA USO DOS CORREIOS

<input type="checkbox"/> MUDOU-SE	<input type="checkbox"/> FALECIDO
<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> AUSENTE
<input type="checkbox"/> RECUSADO	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO
<input type="checkbox"/> END. INSUFICIENTE	<input type="checkbox"/> CEP
<input type="checkbox"/> CEP	<input type="checkbox"/> NÃO HÁ Nº INDICADO
<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO/SÍNDICO	

Reintegrado ao Serviço Postal em

RESPONSÁVEL

Volantes no interior são bem avaliadas por policiais e comunidade

Páginas 4 e 5



Governo e oposição impedem votação da PEC 446

Página 7

## Ugeirm mantém vigília pela aposentadoria especial



O STF julgou de modo inapelável um recurso extraordinário muito aguardado pelos policiais civis gaúchos em meados de outubro. A lei complementar 51/85, que dispõe sobre regras de aposentadoria especial para policiais, é vigente e sua regra, aplicável.

A decisão é uma vitória para os policiais que encaminhavam pedidos aposentadoria, mas tinham seus direitos negados ou restringidos por um parecer injusto. A PGE estava errada. Este erro, em um sem número de casos, pode ter ensejado danos, passíveis de reclamação judici-

al, para além da necessária correção daquilo que já foi eventualmente negado.

No final de novembro, novo parecer, 15.361, foi finalizado pela PGE. É o resultado de um processo administrativo movido pela Ugeirm e Chefia de Polícia há cinco anos.

A Secretaria de Administração e Recursos Humanos (Sarh), no entanto, decidiu fazer nova consulta para saber se estão garantidos os direitos de integralidade e de paridade. Até o fechamento desta edição (21 de dezembro), não houve resposta. **Página 6**

EDITORIAL

## Governadores contra o piso

A grande mídia, sempre “imparcial”, mostra as incursões da polícia no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. Apregoa que esta é uma luta do bem contra o mal. E a pergunta que fica é: o bem vai vencer? A preocupação é se haverá prejuízo para a Olimpíada ou para a Copa do Mundo.

A causa principal está na ausência de políticas de Estado, além da hipocrisia de nossas classes abastadas, que concentram a renda e remuneram mal o trabalho dos habitantes dos morros, favelas, não só do RJ, mas de cada recanto do Brasil. As zonas nobres contribuem com o consumo de drogas em suas festas e depois pregam o extermínio dos “bandidos”.

A culpa é do Estado que atua em favor desta pequena parcela privilegiada, e que é historicamente omissa em oferecer aos trabalhadores políticas de educação de qualidade, emprego, renda, saúde, assistência social e lazer.

Depois de instalada a desestruturação social, o Estado se omite novamente na execução de políticas de segurança, e de qualificação do sistema prisional, que não recupera ninguém. Não fica de fora desta omissão a própria polícia, suscetível à corrupção, facilitada seja pela falta de condições de trabalho, pela prática instalada nos meios políticos dos governos e também pela completa ausência de uma política salarial para os trabalhadores policiais.

O mais trágico e lamentável é que, em lugar de se buscar valorizar o policial e as políticas de segurança, assistimos a diversos governadores de estado mobilizando-se, em Brasília, para pressionar parlamentares na tentativa de impedir a criação de um piso salarial nacional para os policiais. Será que o preço de pagar dignamente os policiais é maior que o prejuízo ocasionado pelo crime? Pela corrupção? E o preço de perder milhares de vidas ceifadas a cada hora neste País?

OPINIÃO

## As polícias e a violência urbana

Romeu Karnikowski\*

**É** A questão da segurança é tão antiga quanto à existência da humanidade, mas a história da polícia está ligada à expansão urbana iniciada no século XIX. A polícia como órgão de manutenção da ordem e de repressão à criminalidade é muito recente, não tem mais de 200 anos.

A primeira polícia no sentido moderno surgiu em 1829, em Londres. A partir daí, a criação de organizações de polícias públicas se expande pela Europa, América e Japão, para substituir as forças militares na perpetração da ordem, especialmente nas cidades.

Segundo David Bayley, os militares abandonaram o serviço de policiamento porque as suas intervenções se tornavam cada vez mais mortais à população, provocando revoltas. Assim, surgem dois tipos de polícia: as de caráter civil, que têm como modelo a de Londres e se propagou pelo mundo anglo-saxão; e as gendarmes, ou militares, que têm como paradigma a Gendarmerie, da França, que constitui o modelo de polícia dominante na Europa Continental.

No Brasil, é criada as polícias nos Estados (lei 261/1841) com o objetivo de substituir os juízes de paz na repressão dos crimes. Mas essa estrutura era fortemente política, sendo a chefia de polícia o cargo político mais cobiçado. Júlio de Castilhos reestruturou a organização policial gaúcha, inclusive extinguindo o “inquérito”, criado em 1871. A Lei nº 11/896 mantém a distinção de polícia administrativa, fazendo policiamento ostensivo-preventivo a cargo dos municípios, e polícia judiciária na repressão dos crimes sob a responsabilidade do Estado.

A revolução de 1930 traz grandes mudanças. Em 1937, um decreto cria a polícia de carreira gaúcha. Na década de 1950, a Polícia Civil é reestruturada, inclusive integralizando a Guarda Civil, criada em 1929, com o encargo do policiamento ostensivo em Porto Alegre (com ciclo completo até 1967, quando o policiamento ostensivo passou ser exclusividade da Brigada Militar).

Não resta dúvida que a extinção da Guarda Civil e das Rádios Patrulhas está na origem de muitos males da nossa segurança urbana. A sociedade gaúcha deixou de contar com serviços de poli-

ciamento ostensivo qualificados, sem despeitar o padrão de policiamento realizado pela BM. Acontece que a BM foi criada em 1892 como exército estadual e que, ao longo dos anos, especializou-se. O regime militar (1964-1985) sedimentou um modelo dual de “meias polícias” onde a Brigada Militar tem a responsabilidade na prevenção e a Polícia Civil na repressão dos crimes.

Se o Estado não consegue combater e controlar a violência urbana através das suas polícias, não é culpa dos policiais, mas da estrutura dentro da qual eles vêm atuando com carreiras defasadas e salários aviltantes. Urge pensar um novo modelo de polícia com servidores e militares inseridos em carreiras com somente uma porta de entrada. A Guarda Civil da Espanha permite que 75% do seu efetivo ascenda da graduação inicial aos mais altos postos da corporação. Outros 25% advêm da Academia Militar do Exército. Uma polícia completa é um dos pressupostos fundamentais no controle da violência urbana.

*\*Romeu Karnikowski é advogado e sociólogo*



### ARARA

#### Na Serra

Numa cidade da serra gaúcha, uma certa “otoridade”, que deveria atender a uma ocorrência, mandou um brigadano convocar um colega para trabalhar. E se a moda pega?

#### Na Serra II

Não contente com o desfecho, a “otoridade” resolveu syndicar alguns agentes ao seu bel prazer. A Ugeirm informou o incidente ao DPI, mas a “otoridade”, ao tomar conhecimento e parecendo desconhecer os preceitos de hierarquia e disciplina, andou soltando que não tem que dar satisfação pra ninguém dos seus atos. Com a palavra o DPI.

#### E o salário, ó!

Os deputados federais e senadores se concederam reajuste de 62%. A presidente Dilma ganhou 133%. Enquanto isso, o Palácio do Planalto e parlamentares impediram a votação do segundo

turno da PEC 446, que cria o nosso piso nacional. Deve ser porque o cofre público “gasta demais” com os policiais.

#### Chá de sumiço

Um deputado federal gaúcho se reelegueu com discurso em defesa da PEC 446. Passado o momento eleitoral, sumiu do mapa. Diversos contatos feitos pela Ugeirm não tiveram retorno. Aliás, não se ouviu a defesa de nenhum parlamentar do Rio Grande do Sul em nosso favor.

#### Trem da alegria

Os deputados estaduais não ficaram para trás no trem da alegria do reajuste de final de ano. Eles também se concederam belo incremento salarial. A Assembleia Legislativa vai pagar aos seus nobres ocupantes o singelo índice de 73%.

#### Celebração, o vídeo

Yeda Crusius criou um novo jeito de inaugurar. Ela entende ser momento de celebrar. A bordo de uma Mercedes conversível, ela e comitiva estrelaram clipe musical na rodovia RS 741. O Palácio Piratini colocou o vídeo no Portal do Estado. Diversas infrações de trâm-

sito são cometidas.

#### Das Arábias...

Quatro oficiais da BM foram a Abu Dhabi para, supostamente, fazer a segurança dos gaúchos que foram assistir ao campeonato mundial de clubes. Diz-se também que foram aprender técnicas de segurança para a Copa de 2014. Cada um recebeu em diárias mais de 8 mil reais, sem prejuízo do salário, é claro.

#### ... para o litoral

Os agentes que se deslocam para o litoral para o reforço de verão seguem com as mesmas diárias miseráveis do passado. A gestão de segurança pública consegue a proeza de aumentar injustiças que já são abissais.

#### Substituição

A maior parte dos novos delegados foi lotada no interior. Ótima notícia. Mas há casos de quatro delegados lotados numa mesma DPPA. Assim, ficam mantidas as substituições em diversas delegacias que continuam sem delegado titular.

# Cálculo dos atrasados dos 19% estão concluídos

Policiais que ainda não foram informados dos valores devem atualizar cadastro ou manter contato com o sindicato

**A** Ugeirm solicita a todos os policiais beneficiários de ações dos 19% em fase de execução para que atualizem seus dados cadastrais no sindicato. Os cálculos referentes a atrasados devidos dos 19% estão concluídos para os substituídos na ação principal (10505462552), 2ª liquidação (10601644984), Novos Sócios (10600101847) e Novos Policiais (10600101880).

Ao todo, tais ações somam cerca de 4 mil policiais. Muitos ainda não conhecem o valor a que tem direito porque não tem endereço, telefone ou outro dado atualizado no cadastro da Ugeirm. Todos devem encaminhar as seguintes informações: 1) Nome completo; 2) Número de matrícula; 3) Endereço residencial; 4) Telefone fixo; 5) Telefone celular; 6) Endereço eletrônico (e-mail)

As informações devem ser

remetidas para [ugeirm@ugeirm.com.br](mailto:ugeirm@ugeirm.com.br), ou através da ferramenta “fale conosco”, disponível em nosso site. Outra alternativa é o contato telefônico. O número é (51) 3225-1707 – falar com Grace ou Rozinha. O endereço de nossa sede é Rua Lobo da Costa, 480, Santana, 90050-110, Porto Alegre.

### Última etapa

Como as ações de execução serão processos individuais, são necessárias orientações para que o policial escolha o tipo de execução a ser feita (precatório ou RPV). Também será demandado o preenchimento de procuração específica para proceder o ajuizamento das execuções de atrasados.

Os policiais devem zelar pela correção das informações cadastrais remetidas ao sindicato, de modo a evitar as dificuldades de contato. A Ugeirm reforça que um endereço ele-



trônico (e-mail) válido, que seja regularmente acessado pelo policial (ou pessoa de sua confiança), agiliza contatos. Pela mesma razão, recomendamos firmemente que um telefone celular nos seja informado. A

fase de execução dos atrasados é a última etapa da batalha dos 19%.

### 3ª Liquidação

É o processo 10700461691. Este processo está mais atra-

sado que os demais porque houve extravio dos autos durante a tramitação, posteriormente recuperado pela PGE. Ainda não existe decisão da Vara de Fazenda Pública de Porto Alegre.

## Vale-Refeição ainda não tem julgamento definitivo

Em decorrência das inúmeras consultas de policiais sobre a existência de um julgamento definitivo pelo STF, determinando que o Estado reajuste o vale-refeição, o escritório Bergamaschi Advogados Associados presta alguns esclarecimentos sobre o panorama jurídico da questão.

Não existe nenhum julgamento definitivo sobre a matéria no STF. Embora a Corte, julgando o Recurso Extraordinário 428991, tenha determinado ao Estado o reajuste do vale-refeição, ainda pende de divergência manejados pela PGE. É o último recurso cabível, que deverá ser julgado pelo Pleno do STF. A análise desse recurso está no gabinete da ministra Ellen Gracie desde março de 2010 para apreciação. Este julgamento refere-se à ação de

um grupo de professores que inaugurou o precedente: é ele que colocará fim, em definitivo, à discussão.

É claro que, diante da própria decisão do STF, nos autos do RE 428991, de determinar o reajuste do vale-refeição, bem como em razão da edição da Súmula 33, pelo 2º Grupo Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, os prognósticos são extremamente favoráveis aos servidores públicos do Estado. Mas é prematuro “cantar vitória” nesse momento, porque a PGE tem

recorrido de todas essas decisões tanto do TJ/RS, quanto no STF.

De outra ponta, é importante esclarecer que a Súmula 33 do TJ/RS, que determinou o reajuste do vale-refeição, além de não ter aplicação imediata (porque ainda se aguarda o julgamento definitivo da questão pelo STF), não é de todo favorável aos policiais civis representados pelo escritório. Tal súmula alcança o reajuste do benefício apenas a partir de março de 2000 até maio de 2010. As ações acompanhadas por Bergamaschi Ad-

vogados Associados buscam o reajuste desde o ano de 1994, o que implicará, na prática, em um incremento de, aproximadamente, 300% no benefício.

É por esse motivo que, em conjunto com a diretoria da Ugeirm, o escritório tomou a decisão de também recorrer das decisões do TJ/RS, a fim de tentar obter, no STF, um reajuste ainda maior que o Tribunal de Justiça do Estado vem concedendo aos servidores do Estado.

Por fim, esclarecemos que, atualmente, o TJ/RS tem rece-

bido e suspenso o trâmite de todos os Recursos Extraordinários relativos ao vale-refeição – tanto os oferecidos pelo Estado como pelos servidores –, o que é uma medida inteligente e eficaz para evitar que sejam proferidas diferentes decisões sobre a matéria. Também para que, em caso de vitória no STF, possamos alcançar, através da competente execução, de forma mais célere, os créditos (atrasados) provenientes do reajuste do vale-refeição.

Mais informações ou dúvidas podem ser salgadas pelo endereço [atendimento@bergamaschi.adv.br](mailto:atendimento@bergamaschi.adv.br).

A Ugeirm deseja a todos os policiais e familiares um ano novo de muitas alegrias e conquistas! Que em 2011 estejamos juntos lutando por nossos ideais e realizando nossos sonhos.

Em 2011 estaremos ainda mais unidos!

**UGEIRM**  
SINDICATO  
DOS ESCRIVÃES, INSPETORES E INVESTIGADORES DE POLÍCIA-RS

# Volantes no interior são bem avaliados

## Ainda existem problemas a saldar, mas a criação das equipes

Aumentar a visibilidade da Polícia Civil, efetivar pronta-resposta, atender melhor a comunidade, chegar rapidamente aos locais de crime e melhorar a qualidade do inquérito policial. Em resumo, as previsões ao implantar as equipes volantes no interior vêm sendo cumpridas na esmagadora maioria dos casos. A nova turma de agentes permitiu levar ao interior a ideia que, na capital e região metropolitana, ninguém cogita em reduzir ou extinguir.

O diretor do DPI, delegado Ivan Carlos da Mota, destaca que a nova turma de delegados também reforçou o time de policiais interior. “Todas as cidades que são comarcas agora têm delegado titular. São

12 novas áreas judiciárias junto às DPPAs. 85% da última turma foram lotados no interior”, destaca ele, sublinhando outra etapa cumprida do projeto. A expectativa é de, em 2011, com mais um a turma de policiais formada, ampliar as volantes nas

29 regiões do interior gaúcho.

O DPI reconhece que existem peculiaridades. Há casos onde as volantes com base nas sedes das regiões policiais não são suficientes. Extensão territorial, população, volume de ocorrências, efetivo, acesso asfáltico e outras características precisam ser respeitadas. Ajustes e adequações, portanto, não são imprevistos. Até aqui, muitas resistências – que são até naturais, posto ser novidade – foram vencidas.

### Extinção do sobreaviso

A Ugeirm entende que as volantes são uma boa investida institucional. “A Polícia Civil não pode retroceder nesta ideia. É bom para a sociedade, é bom para a instituição e é bom para

os policiais”, diz o presidente Isaac Ortiz. Ele salienta que as volantes também têm cumprido papel importante para extinguir, ou ao menos reduzir, os plantões de sobreaviso.

A “escravidão”, que ainda não tem amparo legal, é uma reclamação antiga. Policiais fora do expediente, sobretudo nas pequenas cidades, são obrigados a ficar, inclusive nos finais de semana, reféns de um telefone celular. Essa história está acabando, felizmente. Trata-se de um efeito colateral positivo das volantes.

O sindicato manteve contato com as diversas regiões policiais para colher as avaliações após dois meses de implantação das volantes. Conversou com agentes e delegados. Confira abaixo os relatos.



Foto: Sergio Severo/PC

Delegado Ivan Carlos da Mota, diretor do DPI

### 1ª RP (Montenegro)

As volantes atuam na sede, mas oferecem apoio eventual em flagrantes e condução de presos nas demais cidades. Houve redução de plantões de sobreaviso e o plantão ficou menos sobrecarregado.

### 2ª RP (Gramado)

Ligações asfálticas de boa qualidade permitem atendimento de toda a região. Extinção do plantão de sobreaviso, com elogios já referidos por prefeitos e vereadores da região

### 3ª RP (Santa Maria)

As volantes atendem à sede, com resultados positivos na pronta-resposta e qualidade de inquérito. Estuda-se a criação de outras equipes: possivelmente, uma na região da 4ª Colônia e outra na região serrana.

### 4ª RP (Alegrete)

As volantes não foram criadas na sede, mas em Uruguaiana. Há

reclamações na região, que precisam ser ouvidas para a construção de consenso.

### 5ª RP (Cruz Alta)

Atende à sede e à maioria das cidades. Por consenso, manteve-se o sobreaviso em duas cidades mais distantes da sede, mas existe remuneração mais condizente para esses policiais. Elogios à melhoria de equipamentos e camisas identificadoras das equipes volantes.

### 6ª RP (Passo Fundo)

Região muito extensa, as volantes atuam na sede e prestam apoio eventual em outras cidades. Colhem bom resultado. Ainda existe sobreaviso. A ideia é criar outra volante, possivelmente com base em uma cidade da microrregião sul da RP.

### 7ª RP (Rio Grande)

A extensão territorial inviabiliza deslocamentos fora da sede, onde se mantém sobreaviso. Pré-

vio consenso negociou escalas e incrementou as equipes dos plantões. A avaliação das volantes é boa, com destino de uma boa viaturas às volantes.

### 8ª RP (Caxias do Sul)

A região tem quase um milhão de habitantes e cerca de 40 mil ocorrências em 2010. Não é possível atender além da sede, onde o advento das volantes observou melhoria de viaturas. Uma solução sugerida é a subdivisão em microrregiões (Bento Gonçalves, Farroupilha e Antônio Prado), o que permitirá a chegada das volantes a toda região, mas isso demandará aumento de efetivo.

### 9ª RP (Bagé)

Há reclamações mesmo na sede, onde o serviço foi criado. As críticas e sugestões precisam ser ouvidas para que os problemas sejam equacionados.

### 10ª RP (Santa Rosa)

Não existe mais plantão de sobre-

aviso. Muitas vezes, as volantes iniciam investigação na hora do fato, evitando lapso de tempo nas ocorrências de finais de semana. Houve reunião preparatória antes da criação das volantes, com participação da BM, e uma primeira reunião de avaliação em dezembro. O resultado é positivo. Nova avaliação está programada para janeiro.

### 11ª RP (Erechim)

A Ugeirm foi orientada a procurar o delegado regional, mas ora não conseguiu contato com o mesmo, ora observou dificuldades na chamada telefônica.

### 12ª RP (Santana do Livramento)

Grande extensão territorial. As volantes foram criadas há cerca de um ano e atendem à sede. São bem avaliadas pela comunidade e pelos policiais. Quando não são demandadas para local de crime, cumprem roteiros para aumentar a visibilidade da PC. Há dispo-

sição em criar outra volante para as demais cidades, o que demandará mais efetivo.

### 13ª RP (Santo Ângelo)

Não existe mais sobreaviso nos finais de semana. A ideia é acabar também com este tipo de plantão durante os dias de semana. A pronta-resposta, recentemente, permitiu um flagrante de grande repercussão. A comunidade acusa a melhoria do atendimento da PC.

### 14ª RP (Palmeira das Missões)

As volantes chegaram a ser criadas, atendendo à sede e mais três cidades, mas foram desativadas em dezembro devido à transferência de cinco servidores, além de afastamentos para o serviço de praia.

### 15ª RP (Lagoa Vermelha)

Nas cidades do eixo da BR-285, não mais existe o sobreaviso. Algumas resistências, julgadas na-



# Equipes criadas por policiais e comunidade

## Equipes é saudada na maioria das regiões policiais do interior

Foto: ASCOM/PC



### Opinião da Ugeirm

Quando foram criadas em Porto Alegre, as equipes volantes foram notícia boa publicada pelo Jornal da Ugeirm. Hoje, elas estão consolidadas na capital. Recentemente, uma dessas equipes foi acionada à noite para atender a uma ocorrência de arrombamento em um imóvel não muito distante da sede da Ugeirm. A queixa ficou só no fato mesmo: o cidadão atendido comentou, depois, em conversa com diretores do sindicato, que a equipe chegou em poucos minutos, levou-o até à Área Judiciária e o trouxe de volta.

As volantes no interior têm tudo para repetir histórias como essa. O bom atendimento à sociedade é fundamental para a imagem da instituição e, por que não?, faz com que os policiais conquistem a simpatia da comunidade.

de. Em última análise, isso também reforça a autoestima da categoria: quem não gosta de ser elogiado quando faz um bom trabalho?

Na coleta dos relatos das 29 regiões policiais, diversos policiais disseram entender que as equipes volantes "são o futuro da Polícia Civil". A Ugeirm compartilha desse entendimento. Alguns manifestaram receio sobre a manutenção do serviço pelo novo governo. O recuo não pode acontecer. Queremos acreditar que não vai acontecer.

O sindicato sugere que os policiais verifiquem e comparem as soluções encontradas. Ainda que diferenças existam, é possível que uma ideia adotada na região "x" possa melhorar a situação da região "y".

A aposta no diálogo e na construção de consensos sem dúvida

é a mais correta, inclusive para a superação de resistências. Nesse sentido, destacamos os locais onde reuniões preparatórias e de avaliação das equipes volantes estão sendo feitas.

A iniciativa de fazer reuniões periódicas de avaliação, aliás, pode ser adotada pelo próprio Departamento de Polícia do Interior. Ou seja, o sindicato sugere que o DPI promova, em 2011, uma reunião de avaliação geral com a presença de 29 delegados regionais.

A troca de informações entre as diversas regiões será certamente positiva. Também irá contribuir para que, tão logo haja aumento do efetivo, o próprio DPI tenha um mapa bem desenhado para direcionar a ampliação e melhoria das equipes volantes.

turais na implantação, diminuíram, também porque houve resposta positiva da comunidade. Os policiais sentem-se parte da melhoria. Demanda-se uma viatura de porte médio com xadrez para as volantes.

**16ª RP (Santa Cruz do Sul)**  
As volantes atendem à sede e municípios vizinhos. O serviço melhorou a qualidade dos inquéritos, com boa avaliação de policiais e da comunidade. Para as cidades que mantêm sobreaviso, são direcionadas horas extras. Avalia-se a necessidade de melhor comunicação com a BM e a divulgação do 197. Ainda existe aguda falta de efetivo: 27% do previsto.

**17ª RP (São Jerônimo)**  
A avaliação das volantes pela comunidade é excelente: pronta-resposta e melhoria dos inquéritos. A peculiaridade desta região é a falta de acesso terrestre da sede até Triunfo (usa-se balsa), onde extinguiu-se o so-

breaviso. Quando não são demandadas, as volantes cumprem roteiro de divulgação do serviço 197.

**18ª RP (Pelotas)**  
Cidades distantes mantêm sobreaviso, mas há atendimento eventual daquelas mais próximas nas demandas de maior repercussão. O trabalho das volantes é bem avaliado por policiais e pela comunidade: há mais visibilidade da PC e pronta-resposta.

**19ª RP (Lajeado)**  
Pioneira na criação de volante no interior. Contemplou o interesse dos agentes, que participaram do processo de implantação. As volantes atendem à sede e à maioria das cidades da região: as mais distantes mantêm sobreaviso. Boa avaliação da comunidade e melhoria da pronta-resposta.

**20ª RP (Cachoeira do Sul)**  
A Ugeirm foi orientada a buscar dados na delegacia regional, mas o titular preferiu não prestar in-

formações.

**21ª RP (Santiago)**  
Já havia a "volante I". Criou-se agora a "volante II". O saldo é muito positivo. Os municípios de São Borja e Itaqui ainda não são atendidos por volantes em razão da distância, mas estuda-se mais uma volante a partir de São Vicente do Sul.

**22ª RP (Três Passos)**  
O sobreaviso foi extinto. As volantes atendem à sede e às demais cidades. Quando existem demandas simultâneas para a volante, criou-se uma lista de "policiais voluntários": eles são acionados pela delegacia, confirmam (ou não) disponibilidade naquele momento e recebem hora-extra. Ótima avaliação.

**23ª RP (Osório)**  
A Ugeirm não conseguiu falar com o titular da regional, em férias. As volantes atendem à vizinha Tramandaí. A extensão ter-

ritorial é um desafio a ser superado com mais equipes, pois não é possível que a sede atenda até Torres. Há reclamações que precisam ser ouvidas e as soluções, consensuadas.

**24ª RP (Soledade)**  
O sobreaviso foi extinto. Há boa avaliação por parte de policiais e também da comunidade. Fora da sede, ainda existe DP com apenas um agente lotado.

**25ª RP (Vacaria)**  
As volantes não foram implantadas, segundo informe, mas o contato com o titular da delegacia regional não teve êxito.

**26ª RP (Ijuí)**  
As volantes não fazem deslocamento regular a todas as cidades, de modo que se mantém sobreaviso em cinco cidades, embora haja apoio eventual na condução de presos. Serviço de investigação melhorou, com boa repercussão social e inquéritos mais substanciais. Estima-se redução de 30%

nos registros de furtos e roubos.

**27ª RP (São Luiz Gonzaga)**  
Há um sistema semelhante a Três Passos. O sobreaviso foi extinto. Quando há duas ocorrências simultâneas para a volante, busca-se apoio na lista de "policiais voluntários", que recebem hora-extra. A avaliação também é muito positiva.

**28ª RP (Carazinho)**  
O sobreaviso foi extinto e há boa repercussão junto à comunidade, bem como boa avaliação entre policiais. Existem municípios distantes onde a pronta-resposta não é a ideal, mas as demandas são raras.

**29ª RP (Camaquã)**  
Ainda existe sobreaviso durante a semana, também por conta da extensão territorial. A região tem apenas 30% do efetivo previsto. As volantes melhoraram a pronta-resposta, mas os serviços cartorários estão sobre-carregados.



# Sindicato defende aplicação de lei que prevê benefício integral

Novo parecer da PGE, no entendimento da Sarh, não esclarece sobre direitos de integralidade e paridade

Foto: Fabio Carvalho

A unanimidade da Suprema Corte acompanhou o voto da ministra Cármen Lúcia, decidindo que a lei 51/85 está em vigor. A regra de aposentadoria especial vigente prevê benefício integral quando o policial completa a soma 20 + 10. Muitos colegas tiveram esse direito negado até aqui. Isso significa que, alegando cautela a partir de entendimentos equivocados e injustos, a PGE criou um problema custoso para o Estado.



2008: Ugeirm realiza mobilização em defesa da aposentadoria; desde 2001, sindicato mantém o tema como pauta de reivindicação

**A** correção de rumos é urgente, mas a Secretaria de Administração e Recursos Humanos (Sarh) fez nova consulta sobre o parecer 15.361: quer que a PGE esclareça sobre direitos de paridade (reajuste idêntico entre ativos e inativos) e de integralidade. Yeda aprovou o novo parecer e pediu prioridade na resposta da PGE. Dito de outro modo: foi publicada em Diário Oficial uma orientação que o próprio Estado diz não saber aplicar.

A eventual negativa dos direitos de integralidade e/ou paridade pode agravar o prejuízo de quem já amargou constrangimento ao longo de quase dez anos. O novo governador, Tarso Genro, disse, em visita à Ugeirm antes de se eleger, que defendia nossa aposentadoria especial.

Como ex-ministro da Justiça, ele sabe que os policiais federais sempre tiveram direito à integralidade e à paridade.

Em tese, é sempre mais rápida a solução administrativa, isto é, que não inaugure nova restrição de direitos ou que promova entendimentos isolados do restante do país no que se refere à lei 51/85. Infelizmente, a PGE, ao protelar novo parecer por quase cinco anos, após ser provocada pela Ugeirm e Chefia de Polícia, contrariou

esta tese. Espera-se que mude seu proceder, que até aqui impôs aos policiais prejuízos.

## Posso me aposentar?

A tramitação de todos os processos de aposentadoria pela lei 51/85 está suspensa até que haja resposta da PGE à nova consulta da Sarh. Não haverá publicação do ato de aposentadoria em Diário Oficial se a nova resposta da PGE implicar em prejuízo dos direitos de integralidade e/ou paridade.

O Serviço de Processamento de Vantagens da Polícia Civil ratificou que o acesso à conclusão do processo de aposentadoria será franqueado ao policial requerente antes de eventual publicação no DOE. Não existe, portanto, nenhum óbice para que o policial, observada a regra 20 + 10, encaminhe seu pedido.

Conforme o artigo 40 da Constituição Estadual, “decorridos trinta dias da data em que tiver sido protocolado o

requerimento da aposentadoria, o servidor público será considerado em licença especial, podendo afastar-se do serviço, salvo se antes tiver sido cientificado do indeferimento do pedido”.

No período da licença especial, “o servidor terá direito à totalidade da remuneração, computando-se o tempo como de efetivo exercício para todos os efeitos legais”, lê-se no parágrafo único do referido artigo.

## Escolhidos novo Secretário e Chefe de Polícia

Airton Michels, o novo titular da Secretaria de Segurança Pública, foi o último nome do primeiro escalão a ser anunciado pelo governador eleito, Tarso Genro. Em 2011, a Chefia de Polícia ficará a cargo do delegado Ranolfo Vieira Júnior, até então titular do Deic, em Porto Alegre. Ambos têm imensos desafios pela frente.

A Ugeirm encaminhou, ainda durante a eleição, um conjunto de 18 propostas para a Polícia Civil. Parte das ideias sugeridas tem foco na melhoria da presta-

ção do serviço à sociedade: instalações, condições de trabalho, equipamentos etc. Outra parte é focada na valorização dos policiais civis: salário, plano de carreira, direitos de aposentadoria, fim do sobreaviso, entre outros.

O novo chefe, até porque trabalhava numa área especializada e com aguda falta de pessoal, sabe das dificuldades que temos. A Ugeirm lhe deseja êxito à frente do cargo e estará sempre pronta a contribuir com ideias e a defender propostas institucionais que tenham boa reper-

cussão, entre elas a ampliação das volantes e o encaminhamento do plano de carreira já elaborado.

Subsecretário durante a gestão de Olívio Dutra (1998-2002), Airton Michels esteve à frente, nos últimos anos, do Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Como se sabe, o sistema penitenciário gaúcho está hoje entre os mais mal avaliados do país. O Presídio Central, em Porto Alegre, foi considerado recentemente a pior cadeia pública nacional. Os desafios não são pequenos.



Tarso anuncia Ranolfo Vieira Júnior (esq.) e Airton Michels (dir.)

# Governo e oposição impedem votação da PEC 446

Consenso favorável à matéria só durou até antes da eleição: agora todos são contra à valorização salarial

Foto: Agência Brasil

Mal as urnas se fecharam, a presidente e os governadores eleitos somaram forças para que a Câmara dos Deputados não apreciasse, em segundo turno, a PEC 446, que cria o piso salarial nacional. O consenso que parlamentares aliados e da oposição diziam ter em favor da matéria também sumiu. Todos, lideranças do PT e do PSDB inclusive, adotam o discurso de “responsabilidade” e o Ano Legislativo se encerra sem a votação em segundo turno.



Dilma Rousseff pressionou contra PEC 446, mas teve reajuste de 133%

O Palácio do Planalto, orientado pela nova ocupante Dilma Rousseff, também fez ecoar informações falsas. O ministro Paulo Bernardo, ainda na pasta do Planejamento, falou diversas vezes em um suposto impacto de 43 bilhões de reais. O texto que está para ser votado não menciona valores do piso, mas prevê lei regulamentadora, que também irá estabelecer um fundo contábil para que o governo federal auxile estados com dificuldades financeiras.

A responsabilidade orçamentária parece existir apenas para os miguados salários dos policiais brasileiros. A toque de caixa, as excelências em fim de mandato reajustaram seus próprios vencimentos em mais de 60%: contracheque mensal de 26,7 mil reais (acrescida da verba de gabinete, um parlamentar brasileiro custa quase um milhão de reais por ano ao contribuinte). É mais do que ganham deputados americanos, alemães ou ingleses. E a responsabilidade com a segurança pública?

## Gentilezas trocadas

Uma reunião com os governadores de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e o vice do Rio de Janeiro, em Brasília, deixou clara a disposição dos estados mais ricos em criar dificuldades. O petista Jacques Wagner sugeriu sérias dificuldades econômicas se o tucano Geraldo Alckmin tiver que pagar o salário de Sergipe para um policial paulista. O também tucano Antonio Anastasia se mostrou preocupado com as contas baianas e fluminenses.

O mais incrível é o vice-governador do Rio de Janeiro, há poucos dias de a capital carioca protagonizar os enfren-

tamentos na Vila Cruzeiro e no Complexo do Alemão, também reclamar “responsabilidade” com o erário. Os policiais fluminenses estão entre os piores salários do Brasil. O nome do vice, Luiz Fernando Pezão, já sugere que os governos gostam mesmo é de chutar os operadores de segurança pública.

Tarso Genro, ex-titular da pasta Justiça, esteve na Ugeirm antes da eleição para afirmar que o país têm um déficit democrático com os policiais. Defendeu o piso nacional. Nas muitas oportunidades em que debutou após a eleição, recolheu-se em silêncio obsequioso sobre o piso.

## Por pouco!

A governadora Yeda Crusius enviou, sorratamente, um projeto de lei para incorporar gratificações nos vencimentos de oficiais da BM. Praças e agentes policiais, que também têm penduricalhos semelhantes, ficaram de fora. A justificativa? Garantir paridade de vencimentos entre ativos e inativos.

A proposta foi remetida em 14 de dezembro e dela não se teve notícia nem no site da AsofBM, que representa os beneficiários do projeto. A ideia era fazer a incorporação na surdina.

Em verdade, tentou-se uma preparação legal para remunerar apenas oficiais e delegados (que incorporaram os penduricalhos em 1992) com subsídios. Os contemplados do PL 346/10 hoje têm paridade quando se aposentam. A preocupação do governo, diz-se, é o eventual questionamento futuro de direitos de aposentadoria. Sim, é um escárnio ante nossa realidade.

O governo parece não saber que agentes policiais gaúchos esperam há anos por seus direitos de aposentadoria. Mas o Piratini ainda “não sabe” se temos direito à paridade. Centenas se aposentaram com 30 anos “exclusivamente” em atividade de risco e, após 2004, e não tiveram proventos da matriz salarial. Também não receberam o pagamento administrativo dos 19%. Resultado? Reajuste zero nos últimos quatro anos.

A Ugeirm, juntamente com entidades representativas de praças da BM, conseguiu barrar a votação do PL 346 na Assembleia Legislativa. “Não conseguimos entender por que contemplar apenas os altos salários com garantias que deveriam ser de todos. É um desrespeito às categorias de base. Subsídio é para todos”, defende Carlos Gomes, diretor da Capital do sindicato

## Ugeirm visita DPs do interior



Palmeira das Missões



Bagé



Três Passos



Santana do Livramento

# Comunidade se une em defesa do Morro de Santa Teresa

Regularização fundiária e criação de parque visam a proteger a riqueza ambiental e também o patrimônio cultural

Foto: Eduardo Seidl

“Ao vir aqui nesta área verde do morro é que a gente entende porque é tão valiosa”, disse Michele Silva, durante incursão no Morro Santa Teresa, em Porto Alegre. Michele é vice-presidente da Associação dos Moradores da Vila União. “Comecei a dar valor a este lugar quando percebi que poderíamos perder a área. Antes, circular por aqui era automático”, analisa, ao se referir à tentativa do governo de vender, em regime de alegada urgência, uma área nobre de 74 hectares em Porto Alegre.

O projeto do governo não foi em frente porque contra ele se uniram moradores da área, vizinhos, sindicatos, movimento sindical e ambiental. Agora, há esforço político para ampliar essa vitória. Uma das ideias centrais é encaminhar processos de regularização fundiária para efetivar direitos de cerca de 1,5 mil famílias que já residem no local. Também existe a preocupação em preservar a riqueza ambiental, além da defesa de descentralização da FASE, instituição para jovens infratores.

As especulações sobre o valor de imóveis de alto padrão que ali seriam erguidos dimensionavam os interesses escondidos. O governo alegava necessidade de vender a área para apurar dinheiro. Somente assim, dizia, poderia tocar um projeto de descentralização da FASE. A retórica oficial atendia aos interesses de construtoras. Uma delas, a Maiorama, tem ligações com o grupo RBS. Não surpreende que uma renomada colunista tenha afirmado, cheia de preocupação social, que o movimento contra a venda não era sensível à reeducação de jovens infratores.

## Mobilizações

A promoção de atividades tem angariado mais simpatizantes à causa. Moradores das imediações são convidados a participar de caminhadas e a conhecer o que há para ser protegido. Parlamentares de diversas esferas foram sensibilizados. Há sinalização de que o processo de re-

gularização fundiária possa, em curto ou médio prazo, acontecer de fato.

A riqueza ambiental, turística e cultural do Morro também vem sendo comprovada. Júlio Pacheco, conselheiro da Associação de Moradores da Vila Padre Cacique, nasceu no Morro de Santa Teresa. “Nasci de parteira”, diz, ao destacar que seu pai, já falecido, foi o primeiro morador do local, “há 68 anos”. Hoje com 50 anos, Júlio comprova, em fotos, o plantio de árvores realizado pela família nos últimos 44 anos. “Antes era tudo campo. Meu pai plantou muitas dessas árvores”.

Além da vegetação nativa, há prédios históricos, construídos no século XVIII. “Quando acabou a Revolução Farroupilha, Dom Pedro II celebrou a Paz do Ponto Verde, em 1845. Dona Teresa foi o primeiro nome do morro, em homenagem à sua esposa”, conta Júlio, ao apontar para o prédio construído em 1869, transformado na época em convento e, hoje, em espaço para convivência dos menores infratores.

A criação do parque também incentiva o turismo cultural e ecológico na região. “Para qualificar o turismo é preciso reformular esse espaço”, diz Sylvio Nogueira, do Movimento Gaúcho em Defesa do Meio Ambiente. Não pode haver construções que prejudiquem a ideia. “Não podemos permitir que sejam erguidos prédios e hotéis que tirem a visão do Guaíba da população, seja aqui no Morro ou na orla”, reforça o ambientalista.



Moradores e ativistas fazem caminhada de reconhecimento no Morro Santa Teresa

## União dos moradores

Integradas, as associações de moradores das vilas do Morro Santa Teresa têm desenvolvido projetos para garantir a melhoria da qualidade de vida. “Trocamos muitas ideias”, afirma Orlei Maria da Silveira, primeira secretária da Associação dos Morado-

res da Vila União Santa Teresa. Ela cita uma escola municipal de ensino primário e um posto de saúde como serviços comuns a todos os moradores.

Darci Campos dos Santos, presidente da Associação da Vila Gaúcha, há 47 anos morador do Morro, discorre sobre

aulas de dança e de inglês oferecidas de forma gratuita aos moradores, através de parceria com a ONG Canta Brasil. “Estamos instalando uma lan-house e vamos oferecer cursos de informática através de jovens universitários” (com informações da EcoAgência).

## Morro Santa Teresa, um testemunho do bioma pampa no centro da cidade

Na área, há 23 hectares de vegetação nativa, dividida em matas ciliar, à beira dos córregos e nascentes, e matas de encosta de morro. Tudo é Área de Preservação Permanente (APP). Há ainda 14 hectares de campo, que é o resto de Pampa que temos em Porto Alegre. A maioria das espécies protegidas estão no campo.

É o último espaço verde central da Capital. Uma área que corresponde ao dobro do Parque Farroupilha, onde existe um total de 17 espécies com status de conservação. Destas, 13 cons-



tam da Lista Oficial de espécies da Flora do Rio Grande do Sul Ameaçadas de Extinção: uma na categoria provavelmente extinta, três na categoria em perigo e dez na categoria vulnerável.

O Morro Santa Teresa é área com significado especial para o

contexto da cidade, o que lhe confere uma situação de importância urbanística e paisagística a justificar plenamente que seja preservado em forma de parque público. É fundamental preservar essa área, um testemunho da cidade. Falamos tanto na importância do bioma pampa em si e de ter na capital um testemunho desse bioma.

Veja entrevista sobre a vegetação do morro no site [www.omorroenosso.com.br](http://www.omorroenosso.com.br). Ali também é possível participar do abaixo-assinado para a criação do parque.